

# PANORAMA HISTÓRICO: DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PRIVADA NO BRASIL

PATRICK VIEIRA FERREIRA

## RESUMO

Este artigo examina o desenvolvimento histórico e expansão do ensino básico privado no Brasil. O objetivo é resgatar aspectos relevantes quanto ao estabelecimento da rede privada, delineando perspectivas que corroboraram para o fortalecimento do sistema até a atualidade. O método da investigação inclui análise bibliográfica dos principais teóricos da história da educação brasileira, políticas públicas e do sistema privado. O panorama apresentado permitiu observar a clara evidência da falta de políticas públicas efetivas de melhoria na qualidade da escola pública o que produziu, dentre os efeitos, o avanço da privatização do ensino. **Palavras-chave:** História da educação; educação básica; educação privada.

## ABSTRACT

This article examines the historical development and expansion of private elementary school in Brazil. The goal is to rescue important aspects regarding the establishment of private network, delineating prospects that corroborated to strengthen the system to the present. The research method includes bibliographical analysis of the main theoreticians of the history of Brazilian education, public policy and the private system. The panorama presented has observed clear evidence of the lack of effective public policies to improve the quality of public school which contributed, among the effects, for the advancing privatization of education.

**Key-words:** History of Education; basic education; private education.

## INTRODUÇÃO

Os relatos do surgimento do ensino privado brasileiro conduzem, coincidentemente, à história da escola confessional. A atuação da escola privada, nos seus mais diversos formatos assumidos ao longo dos últimos cinco séculos, aconteceu de forma contínua na história do nosso país, efetivando uma contribuição importante à formação e ao desenvolvimento da sociedade brasileira e à promoção da educação como direito. Até porque, nos últimos anos, as instituições internacionais têm recomendado uma política de privatização educacional, principalmente no que diz respeito ao ensino médio. Assim, delinear um ligeiro histórico do desenvolvimento da educação privada pode contribuir para avaliar os próximos passos a serem seguidos pelo sistema educacional.

## ORIGEM E EXPANSÃO

A educação escolar no Brasil nasceu nos anos iniciais do seu período colonial (1549 a 1759), quando os primeiros missionários católicos vindos da Europa fundaram, na Bahia, a primeira instituição de ensino confessional (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 175). Os Jesuítas ou Companhia de Jesus, como eram conhecidos, estabeleceram-se com duas atividades educacionais, a principal voltada para a catequização (conversão) dos índios e outra voltada para os colonos, pela qual recebiam uma introdução ao letramento e lhes era ensinada doutrina cristã, os bons costumes e também os serviços religiosos. Os mais capazes estudavam o latim, e os outros nativos que não se sobressaíam nesse aprendizado, eram designados para o ensino profissionalizante agrícola ou manufatureiro.

Com o tempo, essa proposta de instrução foi desautorizada pela ordem, o que resultou na adaptação dessa estrutura sem o ensino profissional e sem a presença dos índios. Esse ensino passou a ser ministrado apenas aos filhos da elite, excluindo o povo comum da educação. Dedicaram-se, então, especificamente à instrução dos filhos dos colonos e demais membros da Colônia, chegando a atender, num último estágio, até a formação da burguesia urbana, composta, sobretudo, pelos filhos dos donos

de engenho. Através de seu ensino e sua metodologia, os Jesuítas desempenharam grande influência sobre a incipiente sociedade brasileira, formada pelos filhos da classe burguesa.

Os Jesuítas mantiveram estas escolas pela colônia, até que o Marquês de Pombal as eliminou em 1759, por considerá-las opositoras a Portugal. Pombal pretendia, então, reorganizar o ensino a seu favor, estabelecendo novos objetivos e, por pelo menos uma década, esforçou-se por executá-los. Mas não teve grande êxito, mesmo tendo conseguido, em 1759, pelo decreto de 28 de junho, a criação da Direção Geral, uma espécie de “Ministério da Educação” para a Colônia, que abarcaria toda a estrutura educacional no Brasil. Essas alterações pouco mudaram a realidade escolar brasileira de então e tampouco constituíram uma proposta de educação popular, pois eram limitadas à elite.

Pode-se dizer que, com a expulsão dos jesuítas, encerrou-se uma fase da educação privada brasileira, mas a presença de outros estabelecimentos particulares assegurou, mesmo que de modo acanhado, a continuidade do ensino privado. Somente alguns seminários, internatos para moças e modestas escolas paroquiais foram estabelecidos (SECO; AMARAL, 2012).

Alves (2009, p. 72) sugere que o período que se seguiu foi o “de menor atividade da iniciativa privada na história educacional brasileira”. E mesmo a proclamação da Independência, em 1822, não alterou esse quadro de estagnação educacional em que o país foi lançado. Somente em 1824, com a promulgação de sua primeira Constituição, o Brasil, pela primeira vez, inspirado no modelo da Constituição francesa de 1791, pretendeu criar um Sistema Nacional de Educação, propondo escolas primárias para todas as cidades, colégios e liceus em cada capital e ensino superior nas grandes cidades.

Entretanto, as dificuldades econômicas oriundas do grande consumo de produtos importados causaram o endividamento do País, reduzindo os recursos necessários para organizar a educação pública, mesmo no nível primário. Houve, porém, exceção no investimento feito na criação de Instituições de Ensino Superior, necessárias para a formação do quadro da administração pública, o que resultou em um considerável desenvolvimento do

Ensino Superior em comparação aos outros níveis de ensino. Essa discrepância perdura até os dias de hoje.

Em 07 de abril de 1831, Dom Pedro I abdica em favor de seu filho, Dom Pedro II, e retorna para Portugal. Durante a Regência decretou-se um Ato Adicional à Constituição (1834) que influenciou de modo significativo a evolução da Educação no Brasil. A nova legislação descentralizou a gestão do ensino escolar e tanto o ensino primário quanto o secundário passaram, naquele momento, ao restrito encargo do governo de cada Província. Mas as Assembleias Provinciais, por sua vez, procuraram de antemão fazer uso das novas prerrogativas, votando “uma multidão de leis incoerentes” sobre instrução pública (SAVIANI, 2008, p. 129). Com isso, na ausência de recursos para organizar seu próprio ensino, público e gratuito, especialmente em nível secundário, abriu-se espaço para que a iniciativa privada assumisse tal tarefa. Já o governo central responsabilizou-se unicamente por todo Ensino Superior existente ou a ser criado. Essa mudança também desarticulou o “ensino básico” que fez do ensino secundário um curso preparatório para ingresso na Faculdade (ALVES, 2009).

Sumariamente, o ensino no país dividiu-se em: 1. ensino público primário e gratuito, em estado de abandono. 2. ensino secundário, privado e pago, sustentado pelas famílias dotadas de recursos em função de seu acesso aos estabelecimentos de ensino superior. Desse modo, à medida que as escolas secundárias proliferavam, sob os auspícios da iniciativa privada, a instrução pública caminhava a passos lentos. As críticas principais recaíam sobre a insuficiência quantitativa, falta de preparo, escassa remuneração e pouca dedicação dos professores; a ineficiência do método lancasteriano atribuída, sobretudo, à falta de instalações físicas adequadas à prática do ensino mútuo; e a ausência de fiscalização por parte das autoridades do ensino, o que tornava frequente nos relatórios a demanda pela implantação de um serviço de inspeção escolar.

Apesar das medidas tomadas para melhoria do ensino público, ele continuou não suprimindo as expectativas dos diversos setores da sociedade. Diante de um exercício conjunto da aristocracia e

grupos de interesse, o Imperador sanciona, em 1854, a Lei de Liberdade de Ensino, consolidando a livre iniciativa na educação através de uma escola privada autônoma em relação ao Estado.

Os protestantes de procedência missionária norte-americana, metodistas, presbiterianos e batistas, aproveitaram a onda liberal e a oportunidade criada pela Lei n. 54, de 1868, que suprimiu o ensino secundário na Província de São Paulo, para se introduzirem no ambiente educativo brasileiro, a partir do final da década de 1860. Esses protestantes estabeleceram, em especial, colégios para os filhos da elite republicana e da oligarquia agrária brasileira na região sudeste do país. Também abriram escolas paroquiais nas periferias das cidades em processo de industrialização, onde eram ministradas as primeiras letras (MESQUIDA, 1994).

E, por ocasião dessa acentuada expansão, principalmente a da escola confessional, aconteceu a reestruturação do ensino católico, denominada “Romanização”, e ocorreu também no ensino público, em 18 de abril de 1879, uma reforma que ficou conhecida pelo nome de seu principal articulador, Leôncio de Carvalho. Nas palavras de Alves (2009, p. 74):

Entre as diferentes medidas para o ensino privado, a mais importante foi a ampliação dos parâmetros para a liberdade de ensino, medida que tornou possível a manifestação de outras tendências pedagógicas e tornou livre o credo religioso dos alunos. Fica, assim, definitivamente instituído o pluralismo educacional no Brasil, somente no final do seu quarto século de história. A medida estimulou que tendências pedagógicas, segmentos da sociedade e confissões religiosas diversas abrissem estabelecimentos escolares.

Nesse período, por conta do estabelecimento da República, é instaurado um ciclo dos mais importantes para o ensino privado. É nessa época que ocorrem acentuadas mudanças políticas na educação. Em 1891, é promulgada uma nova Constituição, estabelecendo o regime presidencial de sistema federativo e, como consequência natural, promoveu a descentralização, outorgada

ao ensino em 1834, e passando a ser categoricamente adotada no sistema educacional brasileiro. Deste modo, a Constituição de 1891 confere especificamente à União a tarefa da organização do ensino superior e do Distrito Federal; logo, deixa o ensino primário e secundário sob responsabilidade dos Estados e Municípios, como já vinha fazendo até então (SOARES, 2005).

Para Fávero (2001), o processo constituinte nesse ciclo pode ser resumido em três temas: 1) a organização, a esfera pública dividida em União e unidades federadas, e a liberdade de abertura de escolas no âmbito do mercado, que resultam em duas decorrências: a manutenção do diploma oficial e a divisão de competências (a instrução pública primária é delegada aos Estados e Municípios; o ensino secundário fica a cargo dos Estados, mas poderia também ser mantido pela União e pela iniciativa privada em caráter concorrente; e o ensino superior é privativo da União, aberto aos Estados e livre à iniciativa privada); 2) a laicidade, separação da Igreja do Estado, determinando uma posição não religiosa nas escolas públicas; e 3) a obrigatoriedade e gratuidade da instrução primária, em que ocorre a omissão em relação a ambas as propostas, pois nenhuma delas constou como responsabilidade da União.

Contudo, Alves (2009) avalia que as reformas propostas não foram eficientes. Nenhuma dessas reformas de ensino empreendidas pelo Estado modificou de maneira significativa, o sistema escolar. Para ele, a despeito de seus méritos, essas reformas sempre “ignoraram os conflitos sociais, econômicos, políticos e ideológicos” (p. 75). No contexto da falta de progresso da educação pública, o ensino privado vai rapidamente ocupar os espaços vazios, sobretudo no ensino secundário.

A insatisfação suscitada pela República Velha (1889-1930) fez surgir um movimento militar que resultou na queda do Presidente Washington Luiz. O período de 1930 a 1945 teve como Chefe de Estado Getúlio Vargas, que governou como ditador a partir de 1937. Essa mudança na política teve influência direta de líderes católicos e isso contribuiu para restituir à Igreja Católica a influência política no Estado Novo. Entre as decisões governamentais obtidas pela Igreja, várias diziam respeito à Educação

Católica. Em 1931, decretou-se o retorno do ensino religioso à Escola Pública, “dando provas de que o processo do Estado laico brasileiro era uma falácia” (OLIVEIRA, 2004, p. 952). A nova Constituição de 1934 proclamava dentre outras coisas ajuda financeira às escolas privadas (ALVES, 2002).

Foi nessa época que surgiu a Escola Nova no cenário nacional, com uma geração de educadores liberais, com destaque para Anísio Teixeira, que defendiam um ensino público de qualidade e laico em oposição ao ensino privado, principalmente o confessional. Para Bittar (2009, p. 7), foi a época de grandes conflitos entre católicos e liberais, privatistas e publicistas, e de luta em favor da escola leiga: “a disputa ideológica era tão acirrada que os defensores da escola privada, ou seja, da Igreja Católica, não titubearam em rotular Anísio Teixeira de ‘agnóstico e cripto-comunista’”. Tal conflito colocou em xeque a livre iniciativa na educação. Em 1945 o ditador Vargas foi deposto por um golpe de Estado. Isso gerou uma abertura democrática que conduziu a novas formas de organização social e, consequentemente, novas políticas foram adotadas. Em 1946, criou-se uma nova Constituição, que marca o período de redemocratização do país. Contudo as mudanças não alteraram os direitos adquiridos anteriormente pelo ensino privado, que continuou recebendo investimento público.

O suicídio de Vargas em 1954 é reconhecido como o acontecimento que define o marco histórico relativo aos antecedentes do Golpe-Militar, que viria a ocorrer somente em 1964. A plataforma governamental que se ergueu após o fim trágico de Vargas, estava associada ao desenvolvimento e à educação valorizada pelo seu caráter “utilitarista”. Nesse momento, consolidaram-se a descentralização administrativa, a flexibilização dos currículos escolares e a continuidade do financiamento público das instituições privadas. De acordo com Pires (2015, p. 150), este será o período da história brasileira “com grande estímulo à ação privatizante da educação e de fortalecimento dos grupos privados”.

A democracia que se experimentou nos anos seguintes ao fim da ditadura no país conduziu à promulgação da Lei 4.024

em dezembro de 1961, que deu às escolas maior autonomia na sua organização administrativa e didática, provocando a reorganização do ensino privado. A aproximação entre educação e democracia que se esperou constituir a partir dela, surgiu da necessidade de adaptá-la à existência de um regime federativo, logo pluralista quanto às distinções regionais. E, a partir de então, a relação entre a iniciativa pública e privada na educação passou a ser protagonista nas definições centrais da nova lei. O que se seguiu foram discussões públicas que trouxeram novos pontos de vista favoráveis às instituições católicas, que dominavam o segmento do ensino secundário, e aos empresários da educação, ainda existentes em menor número naquele momento (MONTALVÃO, 2010).

No que diz respeito à distribuição de recursos, a Lei 4.024/61 beneficiou os interesses privados em detrimento dos interesses públicos pois, ao mesmo tempo em que definia que os recursos seriam empregados prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino, a lei também assegurava a concessão de recursos às instituições de ensino privado, bem como o auxílio financeiro da União aos estados, municípios e à iniciativa particular na forma de subvenção ou assistência técnica e financeira (SAVIANI, 1998). Sob o ideal do reconhecimento da educação como direito de todos, foi permitida ao setor privado a possibilidade de expandir os negócios com o ensino, justificado pelo entendimento de que esse setor estaria arcando com uma responsabilidade que cabia ao setor público.

No encalço da Ditadura Militar (1964-1985), a educação foi direcionada para se tornar uma atividade essencialmente lucrativa; ou seja, a prioridade era a privatização do ensino. Para tanto, o repasse de recursos para a educação pública era visto como um prejuízo, pois não atendia às expectativas do mercado. No entanto, o investimento nos estabelecimentos de ensino privado legitimava a mercantilização da educação, inserindo-se em um momento específico do desenvolvimento capitalista. Essa perspectiva estreita da educação orientada segundo os preceitos economistas estava respaldada, de acordo com Pires (2015), na teoria do capital humano, que reconhece a educação como um instrumento para



fomentar o desenvolvimento das relações de trabalho.

A partir dos anos 1980, com o agravamento da crise econômica e social, a Ditadura Civil-Militar entra em decadência. Isso colaborou para a organização de vários setores da sociedade brasileira, dos movimentos grevistas, de sindicatos rurais e urbanos que demandavam uma série de direitos trabalhistas e o regresso imediato da democracia, o que “difundiu os princípios do neoliberalismo entre as elites brasileiras” (GROS, 2004, p. 143). O resultado da política educacional privatizante produzida durante os anos do Estado de exceção, com a desobrigação do Estado no campo educacional, acarretou mais uma vez a crise do ensino público, o que favoreceu o empresariado da educação.

A nova situação política requereu ajustes, inclusive na educação. Assim, uma nova Constituição foi promulgada em outubro de 1988, ampliando a noção de público e privado, o que Pires (2015, p. 178) classifica de “uma verdadeira e autêntica confusão conceitual”. Posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabeleceu a convivência das redes pública e particular, promovendo a distinção entre instituições com e sem fins lucrativos.

Essas escolas sem fins lucrativos, rompem com a noção de público e privado, sendo definidas como “um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público” (FERNANDES, 1994, p. 127). Uma das implicações mais controversas é que tais instituições passam a receber recurso público, condicionado à comprovação da não existência de finalidade lucrativa. Para Oliveira (2005), é a primeira vez na história da educação brasileira que uma constituição aceita a existência de instituições de ensino privado com fins lucrativos. Em sua redação, devido ao seu objetivo, estas não estariam “habilitadas” a requerer recursos públicos.

O desenvolvimento econômico do país, a precária qualidade do ensino público que se seguiu e a crescente qualidade do serviço educacional prestado pela escola particular continuaram propiciando o crescimento do setor privado, em um primeiro momento, na educação básica e, a partir dos anos 1990, também no ensino superior. O que sucedeu foi que os mesmos princípios que nortearam a Constituição de 1988, foram reproduzidos e

desdobrados na Lei 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabeleceu critérios e normas para a educação nacional. A respectiva lei foi construída após debates e trouxe grandes modificações. Destaca-se o fato de a LDB abrir espaço para que recursos públicos pudessem ser repassados a escolas privadas de âmbito comunitário, confessional e filantrópico.

Isto posto, observou-se que, desde o final do século XX, as relações entre ensino privado e Estado brasileiro vieram sofrendo mudanças expressivas que acabam por embargar a expansão da iniciativa privada. Entretanto, isso não impediu que ela alcançasse significativo crescimento. Conforme dados do INEP (*Apud.* OLIVEIRA, 2007), em 1975, o ensino público, mesmo que deficitário, acolheu 24,8 milhões de alunos (86% do total de alunos), ao passo que o ensino particular recebeu 3,3 milhões. Apenas a partir do ano 2000 a iniciativa privada produz um crescimento cadenciado, alcançando 18,27% do total de alunos matriculados no ano de 2014. Na tabela 1 e no gráfico 1, pode-se verificar o desenvolvimento, mesmo que irregular, da rede privada com base no número de matrículas, em comparação à rede pública.

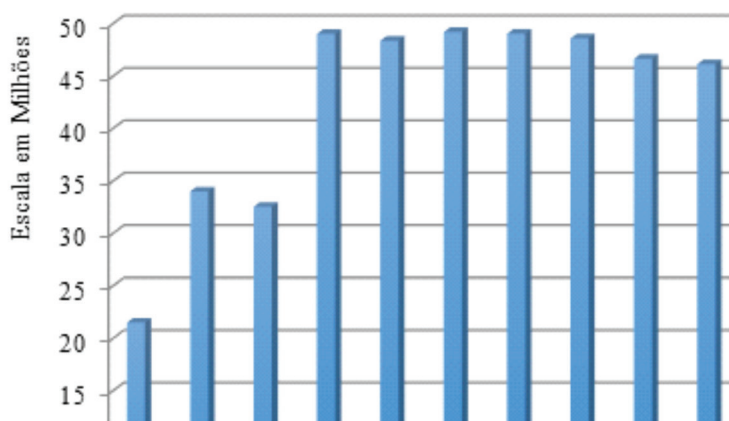
Esses números evidenciam que, nessas últimas três décadas, praticamente universalizou-se o atendimento de toda a população. Mesmo que as matrículas da rede privada sejam modestas em relação às da rede pública, como mostram os dados do INEP dos anos apresentados, não se pode esquecer o caráter elitista da educação privada no Brasil. Akkari *et al.* (2011) nos faz considerar que aproximadamente 80% das crianças oriundas de famílias mais ricas frequentam a rede privada, enquanto esse percentual é de apenas 3,5% para as crianças de famílias com baixa renda.

Entre os anos 2010-2014, o número de alunos matriculados no ensino privado subiu 14,6%, passando de 7,5 milhões para 9 milhões. No mesmo período, a quantidade de estudantes em instituições públicas encolheu 7,5%, caindo de 43,9 milhões para 40,6 milhões em todo o Brasil. O aumento do número de matrículas provavelmente está ligado à mudança no crescimento do poder aquisitivo da população.

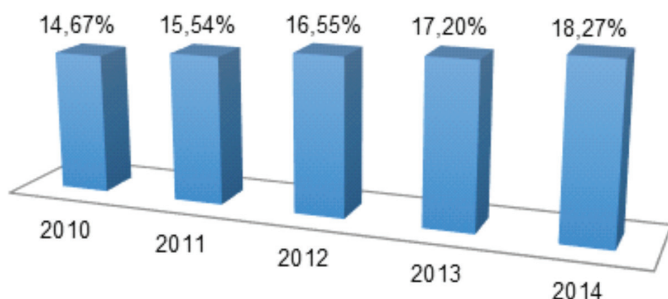
**Tabela 1** - Número de Matrículas das Redes Pública e Privada

Ano	Total de Matrículas	Rede Pública	Rede Privada	% de privados
1975	24.884.287	21.485.152	3.399.135	13,66%
1996	38.870.347	33.985.931	4.884.416	12,57%
2000	35.717.948	32.528.707	3.189.241	8,93%
2002	56.203.383	49.019.486	7.183.897	12,78%
2003	55.317.747	48.369.509	6.948.238	12,56%
2004	56.174.997	49.196.394	6.978.603	12,42%
2005	56.471.622	49.040.519	7.431.103	13,16%
2006	55.942.047	48.595.844	7.346.203	13,13%
2007	53.028.928	46.643.406	6.385.522	12,04%
2008	53.232.868	46.131.825	7.101.043	13,34%
2009	52.580.452	45.270.710	7.309.742	13,90%
2010	51.549.889	43.989.507	7.560.382	14,67%
2014	49.771.371	40.680.590	9.090.781	18,27%

**Gráfico 1** - Demonstrativo das Matrículas das Redes Pública e Privada



**Gráfico 2** -Demonstrativo do Percentual de Crescimento da Rede Privada



Fonte: FENEP (2013).

Conforme relatório apresentado pela Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP, 2013), na segunda metade da última década, as matrículas no ensino oficial passaram a diminuir em cerca de um milhão por ano. Entre 2005 e 2012, a redução totalizou 7.217.630. Para o segmento privado, a segunda metade da década também começou com retração, embora mais branda que a sofrida pelo setor público. Esse movimento durou três anos. Em 2009, o número de matrículas começou a crescer de novo sem interrupção até 2014. O gráfico 2 sintetiza essa assimetria de trajetórias por meio da proporção entre matrículas nos estabelecimentos privados e total de matrículas no ensino básico.

A discrepância entre as trajetórias do número de matrículas nas redes pública e privada, expansiva na primeira, contracionista na segunda, acaba por refletir também no quadro dos estabelecimentos de ensino. Conforme pode ser visto na tabela 2, existiam, em 2012, de acordo com o censo escolar do INEP, 38.060 estabelecimentos privados de ensino básico. Esse número resultou do crescimento de 7,17% da rede privada, entre 2005 e 2012. Essa expansão equivale a um aumento médio anual de 0,99%. Trata-se de uma desaceleração, uma vez que, entre 1999 e 2005, o crescimento anual foi de 3,11% (FENEP, 2013).

**Tabela 2** - Percentual de Matrículas da Rede Privada

Ano	Total	Rede privada	% de privadas
<b>1999</b>	217.362	29.551	13,6%
<b>2005</b>	207.234	31.515	17,1%
<b>2012</b>	192.676	38.060	19,8%

Fonte: FENEP (2013).

No Estado de São Paulo também houve um crescimento expressivo. Na última década, a rede privada ganhou mais de 2.600 escolas privadas de ensino fundamental e médio, correspondendo a um crescimento de 36%. As matrículas no ensino fundamental privado aumentaram 30%, alcançando 1 milhão de alunos em 2013. No ensino médio, a ampliação foi menor, mas positiva, ultrapassando de 275 mil alunos em 2013 (CAMELO, 2014, p. 7).

O crescimento geral observado se deve a diversos fatores, inclusive o econômico. Mas o descontentamento com o ensino público é uma das razões porque há uma parcela da população que esteja buscando ainda mais uma alternativa na rede privada de ensino regular. A educação brasileira tornou-se uma oportunidade para interesses estritamente capitalistas. Frente às disparidades dos modelos de educação, evidencia-se a necessidade do investimento no setor de ensino brasileiro, não somente a fim de promover maior igualdade nas oportunidades do mercado de trabalho, como também para conter a ambição desmedida de instituições de baixa qualificação.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O panorama apresentado permitiu observar a clara evidência da falta de políticas públicas efetivas de melhoria na qualidade da escola pública o que produziu dentre os efeitos o avanço da privatização do ensino. A distância que se formou entre escola pública e particular no Brasil é considerável, em favor da escola particular. A diferença maior possivelmente advém de o fato da escola particular ser gerida pela iniciativa privada com base na

pressão do mercado e no desempenho dos alunos, pois, mesmo que possa não ser aceitável, é mais elevado. De qualquer forma também se contempla a contribuição da iniciativa privada, mesmo que modesta, na universalização do ensino.

Mas o que se nota é que desde o período de transição entre o século XX e XXI, as relações entre ensino privado e Estado brasileiro tornaram-se truculentas. Entretanto isso não impediu que o ensino privado alcançasse significativo crescimento. A necessidade que se tem atualmente é analisar essa relação, por vezes, contraditória. Esse resumo histórico contribui para uma reflexão quanto a efetividade e os efeitos de políticas privatizantes no sistema de ensino.

## REFERÊNCIAS

- AKKARI, A. J.; SILVA, C. Pompeu da; COSTA, A. S. Fernandes; e MESQUITA, P. Construção histórica de um sistema dual de ensino e indefinição de fronteiras das redes pública e privada no Brasil. **Revista Dialogo Educacional**, v. 11, n. 33, p. 471-496, 2011.
- ALVES, Manoel. A escola católica, uma história de serviço ao povo e à nação brasileira. **Revista Diálogo Educacional**, v. 3, n. 7, p. 37-62, set./dez. 2002.
- \_\_\_\_\_. A histórica contribuição do ensino privado no Brasil. **Educação**, v. 32, n. 1, p. 71-78, jan./abr. 2009.
- BITTAR, Marisa. A pesquisa em educação no Brasil e a constituição do campo científico. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 33, p. 3-22, mar. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/V9wEwI>>. Acesso em: 22 set. 2016.
- CAMELO, Rafael. A educação privada em São Paulo: expansão e perspectivas. **1ª Análise**. SEADE, n. 19, p. 4-16, outubro. 2014. Disponível em <<http://goo.gl/D8t2pj>>. Acesso em: 01 set. 2016.
- FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- FENEP. Federação Nacional das Escolas Particulares. **Números do ensino privado**. São Paulo: FGV IBRE FENEP, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/obyHVq>>. Acesso em: 23 set. 2015.
- FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GROS, Denise B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 143-159, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/Ievdjk>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- INEP. **Censo Escolar**. Sinopse Estatística 1996. Brasília: INEP, 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/mgd4rd>>. Acesso em: 01 set. 2016.

- \_\_\_\_\_. **Censo Escolar**. Sinopse Estatística 2000. Brasília: INEP, 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/mgd4rd>>. Acesso em: 01 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Censo Escolar**. Sinopse Estatística 2010. Brasília: INEP, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/mgd4rd>>. Acesso em: 01 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Censo Escolar**. Sinopse Estatística 2014. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/mgd4rd>>. Acesso em: 01 set. 2016.
- MESQUIDA, P. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**. São Paulo: Editeo; Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.
- MONTALVÃO, Sergio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da Educação. **Revista Mosaico**, PPHPBC do CPdoc da FGV, ano 3, p. 1-22, jul. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/r5KXvv>>. Acesso em: 16 jan. 2016.
- OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/cF0KHZ>>. Acesso em: 9 set. 2016.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 661-690, 2007.
- \_\_\_\_\_. Educação pública e privada na Constituição Federal de 1988. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. (Orgs.). **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.
- PIRES, Daniela de Oliveira. **A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil**. 264 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2015.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei de educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A nova lei de educação**. São Paulo: Autores Associados, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/toxk8f>>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/gG5Zoi>>. Acesso em: 24 ago. 2016.
- SOARES, Marcos Aurélio Silva. **A descentralização do ensino no Brasil e a implementação dos sistemas municipais de ensino: razões e determinações**. 300 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2005.

**Sobre o autor**

Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (2016), graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia (2008) e Bacharel em Teologia (2008), especializado em Gestão Educacional e em Capelania Escolar. Atualmente trabalha na Mantenedora da Rede de Educação Adventista. E-mail: patrick.ferreira@ucb.org.br.